

## Sumário

A relevância da informação contábil para o desenvolvimento sustentável .....	2
Impacto da Lei 11.638/2007 nas empresas de Grande Porte.....	3

## A relevância da informação contábil para o desenvolvimento sustentável

Gabriela Pereira Kasper<sup>1</sup>; Rafael Silva de Moura<sup>1</sup>; Haide Maria Hupffer<sup>2</sup>

**A RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**  
O estudo realiza uma análise sobre o contexto econômico-financeiro das questões ambientais através dos conceitos de Contabilidade Ambiental como instrumento de avaliação, registro das transações que envolvem eventos ambientais, servindo como base para tomadas de decisões. Destaca-se que a preocupação com o meio ambiente em âmbito empresarial é recente e, ainda é tratada como custo pela maioria das organizações, sem analisar os benefícios que o crescimento sustentável pode agregar ao negócio em curto e longo prazo. Para Tinoco e Kraemer (2006), existem três razões para adotar a contabilidade ambiental: gestão interna (visando reduzir custos e despesas e melhorar a qualidade dos produtos), exigências legais (para evitar multas e indenizações), demanda dos parceiros sociais (clientes, seguradoras, acionistas, etc). Para os autores os objetivos principais da contabilidade ambiental são: saber se a empresa cumpre a legislação ambiental, ajudar no processo decisório da gestão ambiental, comprovar a evolução da atuação ambiental, detectar áreas que necessitam de atenção, observar o cumprimento de objetivos ambientais, identificar oportunidades para gestão dos aspectos ambientais, entre outros. O método de pesquisa utilizado é o método indutivo. Como procedimentos técnicos foi adotada a pesquisa bibliográfica, utilizando como objeto de estudo, livros, revistas e artigos e a pesquisa documental, onde foram analisados relatórios, projetos de lei, balanços, publicações e fontes estatísticas, relevantes ao tema da Contabilidade Ambiental. A pesquisa aponta que a contabilidade ambiental é um importante instrumento empresarial pela possibilidade de propiciar redução de custos empresariais, aferição de novas receitas, diminuição de riscos e perigos ambientais, construção de imagem positiva junto ao mercado, bem como, contribuir para o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental. (Universidade Feevale; Fapergs)

Palavras-chave: Responsabilidade Ambiental. Desenvolvimento Sustentável. Contabilidade Ambiental.

---

<sup>1</sup>Autor(es) <sup>2</sup>Orientador(es)

Email (gabrielakasper@yahoo.com.br e haide@feevale.br)

## Impacto da Lei 11.638/2007 nas empresas de Grande Porte

Luis Fernando Belotto<sup>1</sup>; Marcello Noetzold Mafaldo<sup>2</sup>

**RESUMO** A evolução dos processos de gestão, e o avanço do comércio internacional culminaram com a necessidade de aperfeiçoamento das normas contábeis Brasileiras. Este quadro de mudanças global permitiu que as empresas nacionais, principalmente as de capital aberto, utilizassem uma terminologia e de mecanismos uniformes, perante as normas contábeis internacionais. Sendo assim, o foco do presente estudo deu-se em analisar o impacto da Lei 11.638/2007 na estrutura de gastos das empresas de grande porte, em especial de uma empresa situada no vale dos sinos, atuante no setor calçadista. Com intuito, de referendar o processo evolutivo da contabilidade, utilizou-se como amparo teórico uma abordagem histórica reflexiva, sobre os principais autores e modelos de avaliação contábil, cada qual, em sua área de ramificação. Para tanto a metodologia utilizada, focou-se em uma abordagem descritiva, na forma de estudo de caso, explorando as variáveis da Lei 6404/1976- Lei das Sociedades por Ações (Artigos 175 ao 205), alterada pela Lei 11.638/2007 e 11.941/2009, na forma de uma abordagem, predominantemente qualitativa, utilizando como base o exercício fiscal de 2010. Os resultados obtidos apontaram o aumento dos gastos, em três aspectos: tributários, administrativos e ocasionados pela adequação na Lei (fatores obrigatórios). Foi possível observar que o presente estudo, identificou muitas situações que conduz a empresa, estudada, ao controle mais rigoroso de seus mecanismos de gestão, os quais não eram vistos com tanta relevância, se realizados apenas com a finalidade de adequação à Lei 6404/1976, em comparação com a Lei 11.638/2007, que determina uma série de procedimentos, os quais resultaram no aumento dos gastos internos, sem necessariamente obterem ganhos financeiros relevantes, ou mesmo que justificasse tal alteração até o momento. (Universidade Feevale)

Palavras-chave: Contabilidade. Gastos. Lei 11.638/2007.

---

<sup>1</sup>Autor(es) <sup>2</sup>Orientador(es)

Email (belotto@ramarim.com.br e noetzold@feevale.br)